I - Considerando a necessidade da contratação de Cartórios de Notas para procederem a lavratura de escrituras públicas necessárias ao cumprimento de decisão judicial proferida nos autos do processo 0035038-14.2015.827.2729;

II - Considerando que os serviços cartorários possuem os valores dos emolumentos fixados através da Lei Estadual nº 3.408/2018, o que inviabiliza a competição;

III - Considerando o resultado do credenciamento nº 002/2019, publicado no diário oficial nº 5.429 de 28 de agosto de 2019;

IV - Considerando ainda o parecer da Assessoria jurídica acostado às folhas 180 e 181 dos autos do processo administrativo nº 29664/2019, indicando a legalidade dos procedimentos adotados;

RESOLVE:

Art. 1º Inexigir a realização de licitação nos termos do artigo 30, inciso II da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, referente à contratação da pessoa física FLÁVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº 555.144.726-04, no valor estimado de R\$ 31.503,85 (trinta e um mil quinhentos e três reais e oitenta e cinco centavos), para prestação de serviços de lavratura de Escritura Públicas, conforme consta no Processo 029664/2019- TERRATINS.

Gabinete do Diretor-Presidente, em Palmas, Capital do Estado, aos 25 dias do mês de setembro de 2019.

Aleandro Lacerda Gonçalves
Diretor - Presidente

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 029664/2019
CONTRATO Nº: 027/2019
CONTRATANTE: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS -TERRATINS.
CONTRATADA: PRIMEIRO TABELIONATO DE NOTAS
CNPJ: 03.644.097/0001-63
OBJETO: Credenciamento de tabelionatos de notas da Comarca de Palmas para confecção de Escrituras Públicas de dação em pagamento de imóveis, conforme decisão judicial contida no processo nº 0013290-36.2015.827.0000 - TJTO necessárias ao cumprimento do 3º TERMO DE ADITIVO DE ACORDO JUDICIAL, nos termos deste Instrumento e de seus anexos.
VALOR ESTIMADO: R\$ 31.425,56 (Trinta e um mil e quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos).
DATA DA ASSINATURA: 18/09/2019
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
SIGNATÁRIOS: Aleandro Lacerda Gonçalves - Contratante; Emanuel Acaíaba Reis De Souza - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 029664/2019
CONTRATO Nº: 026/2019
CONTRATANTE: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS -TERRATINS.
CONTRATADA: SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS
CNPJ: 00.064.950/0001-80
OBJETO: Credenciamento de tabelionatos de notas da Comarca de Palmas para confecção de Escrituras Públicas de dação em pagamento de imóveis, conforme decisão judicial contida no processo nº 0013290-36.2015.827.0000 - TJTO necessárias ao cumprimento do 3º TERMO DE ADITIVO DE ACORDO JUDICIAL, nos termos deste Instrumento e de seus anexos.
VALOR ESTIMADO: R\$ 31.088,55 (Trinta e um mil e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).
DATA DA ASSINATURA: 18/09/2019
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
SIGNATÁRIOS: Aleandro Lacerda Gonçalves - Contratante; Sagamor Angela Piccoli - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 029664/2019
CONTRATO Nº: 025/2019
CONTRATANTE: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS -TERRATINS.
CONTRATADA: FLÁVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA
CPF: 555.144.726-04
OBJETO: Credenciamento de tabelionatos de notas da Comarca de Palmas para confecção de Escrituras Públicas de dação em pagamento de imóveis, conforme decisão judicial contida no processo nº 0013290-36.2015.827.0000 - TJTO necessárias ao cumprimento do 3º TERMO DE ADITIVO DE ACORDO JUDICIAL, nos termos deste Instrumento e de seus anexos.
VALOR ESTIMADO: R\$ 31.503,85 (trinta e um mil quinhentos e três reais e oitenta e cinco centavos).
DATA DA ASSINATURA: 18/09/2019
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
SIGNATÁRIOS: Aleandro Lacerda Gonçalves - Contratante; Sagamor Angela Piccoli - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº: 027290/2018
CONTRATO Nº: 025/2018
CONTRATANTE: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS -TERRATINS.
CONTRATADA: CLARO S.A
CNPJ: 40.432.544/0001-47
OBJETO: Constituem o presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de Serviços de Telefonia Móvel.
DATA DA ASSINATURA: 18/09/2019
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Aleandro Lacerda Gonçalves - Contratante; Edilson Ramos Pereira Filho - Representante Legal da Contratada.

DETRAN

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO Nº 03/2019 PROCESSO Nº 2019.32470.000447

Seção I - DO PREÂMBULO

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO TOCANTINS - DETRAN/TO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 42, §1º, da Constituição do Estado, consoante disposto no Ato nº 196 - NM, de 1 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.291/2019, torna público para conhecimento dos interessados que realizará CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO(a)(s), para realização de hasta pública dos veículos retidos, removidos e apreendidos, a qualquer título, pela fiscalização de trânsito do DETRAN/TO, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam à Constituição Federal de 1988; Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações; pela Lei nº 8.934/94; pelo Decreto Federal nº 21.981/32, e pelas Instruções Normativas nº 113 de 28 de abril de 2010 e IN-DREI nº 17, de 05 de dezembro de 2013, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC); observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

DA ABERTURA DO CREDENCIAMENTO

O "CREDENCIAMENTO" será realizado na forma do artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, objetivando a contratação de todos os interessados que atenderem aos requisitos fixados neste Edital e seus Anexos;

Os interessados deverão apresentar a documentação acompanhada de requerimento na sala do CETRAN/TO localizado na Sede do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Tocantins - DETRAN, na Quadra 401 Norte, Av. NS - 01, Lotes 1 a 10, Palmas-TO, CEP: 77.006-340, às 10h00 do dia 07 de outubro de 2019;

DA SEÇÃO II - DO OBJETO

Constitui objeto do presente edital o credenciamento de Leiloeiro para alienação de veículos retidos, removidos e apreendidos, que estão sob a responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito, pelo período de 12 (doze) meses, por meio de licitação na modalidade de Leilão público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, pela Constituição Federal de 1988; Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

SEÇÃO III - DA JUSTIFICATIVA

A escolha dos Leiloeiros Oficiais através do procedimento de CREDENCIAMENTO é fundamental para que o DETRAN-TO possa realizar o Leilão de veículos apreendidos e removidos.

A contratação de Leiloeiro enquadra-se em hipótese de Inexigibilidade de Licitação, prevista no artigo 25 da Lei 8.666/93, por se caracterizar pela ausência de competição, impossibilitando, assim, a abertura de certame licitatório. No caso em questão, em tese, todos os Leiloeiros matriculados no Estado podem oferecer o serviço, porém, é impossível para a Administração escolher a proposta mais vantajosa, uma vez que a taxa de comissão dos contratados é fixa, estabelecida pelo Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

Nesse sentido, o CREDENCIAMENTO, para posterior sorteio entre os Leiloeiros, torna-se a alternativa mais viável para que sejam cumpridos os princípios da isonomia, da igualdade e da impessoalidade.

SEÇÃO IV - DO TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência foi elaborado pela Diretoria de Operações do Detran-TO e Comissão de Leilão Detran-TO, devidamente assinada pelo Presidente do órgão, o qual servirá de base para todo o procedimento.

SEÇÃO V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Somente poderão participar deste credenciamento para atuar como Leiloeiro do DETRAN/TO, os profissionais devidamente matriculados como Leiloeiro oficial na Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS.

6.1 A pessoa interessada no credenciamento deverá formalizar requerimento, na forma do Anexo I, devidamente assinado, endereçado ao Presidente do DETRAN/TO, na data e horário estabelecido na "Seção I", com os seguintes documentos:

- RG;
- CPF;
- Comprovante de endereço;
- Certidão de regularidade de registro da Junta Comercial do Estado do Tocantins;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;
- Certidão Negativa de débito Municipal;
- Certidão Negativa de débito Estadual;
- Certidão Negativa de débito da Receita Federal;
- Certidão Negativa do INSS;
- Certidão Negativa do FGTS;
- Certidões negativas dos distribuidores, da Justiça Federal e das Varas Criminais da Justiça local, ou de folhas corridas, passadas pelos cartórios dessas mesmas justiças e no Estado, pelos Cartórios da Justiça Federal, na forma determinada pelo artigo 20, item "d" do Decreto nº 21.981, de 19.10.1932
- Declaração de que não utiliza mão-de-obra de menores, direta ou indiretamente, conforme o disposto na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 5 de setembro de 2002.
- Declaração autenticada de pelo menos uma das entidades existentes no Estado do Tocantins abaixo relacionadas, atestando a capacidade técnica como Leiloeiro titular em:
 - 01 Leilão oficial do poder executivo de bem(ns) móvel(is) ou imóvel(is) nos últimos dois anos;
 - 01 Leilão oficial do poder legislativo de bem(ns) móvel(is) ou imóvel(is) nos últimos dois anos;
 - 01 Leilão oficial do poder judiciário de bem(ns) móvel(is) ou imóvel(is) nos últimos dois anos;

Parágrafo único - Os atestados de capacidade técnica deverão estar acompanhados dos relatórios de Leilões autenticados pelas respectivas entidades, onde deverão conter, sob pena de desclassificação, as seguintes informações:

Relatório final de Leilão, com assinatura autenticada em cartório do responsável pelo órgão, contendo no mínimo:

- Quantidade de bens ofertados;
- Descrição dos bens;
- Valor de avaliação e alienação;
- Ágio total obtido em Leilão.
- Não poderá participar do Credenciamento;
- Servidor (ocupante de cargo efetivo, cargo ou função em comissão) do DETRAN-TO;

- Leiloeiro com parentesco até o segundo grau de servidores do DETRAN/TO;
- Tiver sido punido com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- Estiver com a matrícula de Leiloeiro Oficial suspensa na Junta Comercial do Estado do Tocantins.

6.3 A participação no certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

SEÇÃO VI - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra.

7.1 Após o prazo legal não serão aceitas alegações de desconhecimento.

7.2 Nos termos do art. 41, §1º e 2º da Lei nº 8.666/93, até 5 (cinco) dias úteis da data fixada para a abertura dos envelopes contendo a documentação relativa ao processo de credenciamento do DETRAN-TO Leiloeiros interessados, qualquer cidadão, com plena capacidade civil, é parte legítima para impugnar este edital, devendo o Presidente do Detran-TO processar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

7.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o Leiloeiro que não o fizer até a abertura dos envelopes. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações deverão ser protocoladas, junto ao Gabinete da Presidência do Detran-TO;

7.4 A falta de pedido de esclarecimento ou a não impugnação aos termos deste edital de Credenciamento, na forma e prazo definidos, acarretará a decadência do direito de arguir as regras do certame.

7.5 Não serão aceitos esclarecimentos ou impugnações protocolizadas fora do prazo e/ou em lugar diverso do mencionado neste Edital;

SEÇÃO VII - DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão para recebimento e abertura do envelope e respectivo julgamento, será pública e iniciada na data e hora aprazadas, constantes do preâmbulo deste Edital, e será dirigida pelo Presidente da Comissão de Leilão, sendo realizada de acordo com o que prescreve o presente Edital e as Leis referendadas na Seção I.

Declarada a abertura da sessão pelo Presidente da Comissão de Leilão do Detran-TO, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento das documentações apresentados pelos proponentes.

8.3 A Comissão efetuará a análise da documentação apresentada nos termos deste Edital e da legislação que disciplina a matéria, cujo resultado, proferido após as diligências eventualmente necessárias, será registrado na Ata.

8.4 Será desclassificado do credenciamento o Leiloeiro que deixar de apresentar a documentação na forma e prazos previstos neste Edital;

8.5 A Comissão de Leilão poderá suspender a Sessão para posterior análise da documentação e julgamento dos pedidos de credenciamento, à vista do volume de pedidos de credenciamento, designando na Sessão, devidamente lavrada em Ata, uma nova data para divulgação dos resultados.

SEÇÃO VIII - DO CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO E DA ROTATIVIDADE

Os Leiloeiros oficiais credenciados pelo DETRAN/TO constarão em uma lista, a qual a classificação seguirá a escala de antiguidade de matrícula na JUCETINS;

A Comissão de Leilão do DETRAN/TO será o setor responsável pelo controle para identificação do Leiloeiro oficial, para realização da hasta pública.

O Leiloeiro oficial será escolhido, para realização de cada hasta pública, de acordo com a escala de Leiloeiros do DETRAN.

7.3 Quando outro órgão do Sistema Nacional de Trânsito solicitar indicação de Leiloeiro ao DETRAN/TO, também será respeitado à ordem da escala de Leiloeiro.

7.4 Caso o Leiloeiro da vez não tenha interesse ou não puder, realizar o Leilão, deverá seguir-se a ordem, chamando-se o próximo Leiloeiro da escala, perdendo o assistente a sua vez de ser chamado e passando a ser o último da escala.

7.5 A impossibilidade ou desinteresse do Leiloeiro oficial na realização do Leilão deverá ser formalizado por escrito e encaminhado à Comissão de Leilão do DETRAN/TO, sob pena de ter sua próxima vez na fila para condução de Leilão preclusa.

SEÇÃO IX - DA REMUNERAÇÃO

8.1 A remuneração dos serviços constituirá, exclusivamente, no pagamento pelos arrematantes do montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos bens arrematados, na conformidade do parágrafo único do artigo 24 do Decreto Federal nº 21.981/32;

8.2 Não cabe ao DETRAN-TO qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão do Leilão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro para recebê-la;

8.3 Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda por erro nas publicações legais, ou ainda, no caso do Leilão público ser suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo LEILOEIRO, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte do DETRAN-TO.

8.4 O Leiloeiro renuncia expressamente ao DETRAN-TO o pagamento da comissão prevista no artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, bem como todas as despesas com anúncios, catálogos, mala direta, etc. recebendo somente a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda, diretamente do arrematante.

8.7 O Leiloeiro será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados.

SEÇÃO X - DAS OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

São obrigações mínimas do Leiloeiro oficial credenciado:

Conduzir o(s) Leilão(ões) de acordo com expressa determinação do DETRAN/TO;

Elaborar laudo de avaliação contendo o valor estimado do bem para a venda dentro do prazo acordado com a Comissão de Leilão;

Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e operacionais resultantes de execução do contrato;

Organizar, conferir, fotografar e identificar todos os lotes para a realização do Leilão, de acordo com o determinado pela Comissão de Leilão do Detran/TO;

Emitir notas de Leilão e manter em dias os livros e documentos descritos na Instrução Normativa DNRC nº 110/2009, art. 11 inciso I, e alterações vigentes, discriminando todos os dados do comitente, arrematante, bem Leiloado, valor, ágio e comissão do Leiloeiro na forma da Lei;

Efetuar o acerto financeiro com os arrematantes e entregar os bens arrematados, verificando antes a regularidade dos pagamentos ao erário e o fiel cumprimento dos ditames do edital;

Cumprir as determinações correlatas da Comissão de Leilão;

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

Encaminhar ao Detran/TO, em até 15 dias após o Leilão, os comprovantes de pagamento de cada lote acompanhado da Nota de Leilão em ordem crescente, cópia da publicação em jornal, relatório final contendo: nome do arrematante, CPF, lote, descrição, valor de lance, valor da comissão do Leiloeiro, Ata do Leiloeiro e documentos correlatos;

Responsabilizar-se cível e criminalmente junto a terceiros por danos causados por si e/ou por sua equipe na execução do contrato;

Não utilizar o nome do DETRAN/TO em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, com exceção da divulgação do evento específico (Leilão).

Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para a realização do Leilão e responsabilizar-se pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra de sigilo dessas informações ou pelo seu uso indevido.

Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao DETRAN/TO ou a terceiros, ainda que culposos, decorrente da prestação de serviços, objeto desta Portaria.

Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços.

Em caso de devolução de lote arrematado, por motivo de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, o Leiloeiro Público Oficial deverá restituir ao arrematante a comissão paga.

Informar ao DETRAN/TO, qualquer alteração dos seus dados cadastrais.

SEÇÃO XI - DAS OBRIGAÇÕES DO DETRAN

Caberá ao DETRAN/TO:

Realizar as publicações legais do Leilão, em diário oficial do estado e em jornais de grande circulação;

Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários que o Leiloeiro Público Oficial venha solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

Apresentar o Edital de Leilão, com as regras concernentes à regular execução de cada evento;

Interagir com o Leiloeiro oficial, por meio da Comissão de Leilão do DETRAN/TO, para operacionalização e administração de cada Leilão a ser realizado;

Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;

Notificar o Leiloeiro, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço prestado;

Avaliar as instalações e aparelhamento técnico-operacional que serão utilizadas no Leilão;

Aprovar a avaliação dos bens realizada pelo Leiloeiro.

SEÇÃO XII - DO DESCREDENCIAMENTO

O descredenciamento poderá ocorrer:

Por solicitação do Credenciado, dirigida ao Presidente do DETRAN/TO;

Quando perder a condição de Leiloeiro oficial junto a JUCETINS;

Quando descumprir o previsto neste edital ou na legislação em vigor.

SEÇÃO XIII - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O interessado cujo requerimento for considerado inepto poderá interpor recurso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão, assegurada a ampla defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

O recurso será dirigido ao Presidente do DETRAN/TO, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Interposto, o recurso será comunicado aos demais Leiloeiros que, se desejarem, poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

SEÇÃO XIV - HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

O Presidente do DETRAN/TO realizará a homologação de cada credenciamento, devendo a Comissão de Leilão encaminhar cópia do termo de homologação para o CREDENCIADO.

SEÇÃO XV - DO CONTRATO

Concluído e homologado o credenciamento, os Leiloeiros credenciados, obedecida a ordem de classificação, de acordo com a oportunidade e conveniência do DETRAN/TO, serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de serviços, conforme Minuta constante no Anexo VII deste Edital.

14.1 Os serviços serão executados pelo Leiloeiro Oficial, em local previamente definido, com atribuição de 01 (um) Leilão para cada Leiloeiro, sucessivamente, dentro do prazo de validade do credenciamento e nos preceitos elencados no Edital e seus anexos.

14.2 O Leiloeiro Oficial credenciado convocado deverá comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal, através de correio eletrônico ou notificação pessoal.

14.3 Quando o Leiloeiro Oficial credenciado convocado para celebrar o Contrato não comparecer no prazo determinado, de forma justificada, será convocado o Leiloeiro credenciado seguinte constante da lista resultante deste procedimento.

14.4 A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento e o chamamento de outro Leiloeiro na ordem de classificação, sem prejuízo da Contratante.

14.5 Se entre a data da apresentação da documentação completa e a data prevista para a assinatura do Contrato decorrer lapso superior a 90 (noventa) dias, o Leiloeiro Oficial deverá, para assinatura do referido instrumento, declarar que mantém as mesmas condições exigidas para o Credenciamento e apresentar, se for o caso, nova documentação para substituir aquela que porventura estiver com prazo de validade expirado.

SEÇÃO XVI - DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO

O Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

15.1 O prazo de vigência do Contrato iniciará no ato de sua assinatura e vigorará até a efetiva prestação de contas referentes do Leilão.

15.2 A fiscalização da execução do presente Credenciamento, bem como do Contrato deste decorrente, ficará a cargo da Comissão de Leilão do DETRAN/TO.

SEÇÃO XVII - DAS SANÇÕES

O descumprimento do previsto neste edital, bem como a prática de quaisquer irregularidades ou ilicitudes no desempenho da atividade, culminará com o descumprimento do Leiloeiro, após instauração do devido procedimento administrativo para apuração dos fatos.

A recusa do Leiloeiro Oficial credenciado em assinar o contrato, ou retirar o instrumento, dentro do prazo estabelecido neste Edital, bem como o atraso e/ou sua inexecução total ou parcial, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida, passível da aplicação das seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA, que será aplicada sempre por escrito. A sanção de Advertência consiste na comunicação formal ao fornecedor, advertindo - lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

b) Multa, moratória ou indenizatória, nos seguintes percentuais:

b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, sobre o valor total da avaliação dos bens a serem Leiloados;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor dos bens destinados a Leilão, no caso de:

I) Recusa injustificada em executar o objeto;

II) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;

III) Desatender às determinações da fiscalização.

b.3) 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão e destinados a Leilão, no caso de:

I) Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30(trinta) dias na execução dos serviços contratados;

II) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé venha causar dano ao órgão ou a terceiros, independente da obrigação do Leiloeiro em reparar os danos causados;

III) Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado;

IV) Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no edital e seus anexos;

V) Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras sanções.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos:

d) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 20% (vinte por cento) do valor dos bens destinados a Leilão.

e) Caso o Leiloeiro Oficial contratado não tenha nenhum valor a receber, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão tomadas as medidas administrativas e judiciais para tanto.

f) As multas previstas no item 17., alínea "b", não eximem o Leiloeiro Oficial credenciado e contratado da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

g) As sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao Leiloeiro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/93.

h) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

i) Se o Leiloeiro Oficial contratado inadimplir nas obrigações assumidas, no todo ou em parte, a Administração comunicará à Junta Comercial do Estado do Tocantins, para as medidas de sua competência, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, no contrato, e das demais cominações legais.

j) As sanções administrativas serão aplicadas pela Autoridade competente após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

l) A notificação deverá ocorrer pessoalmente, por meio de correspondência com aviso de recebimento e após exauridas estas tentativas e não sendo localizado o licitante faltoso, será devidamente publicado em Diário Oficial restando para tanto devidamente notificado. Na notificação será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

m) A aplicação de qualquer das sanções previstas nesta cláusula observará o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

SEÇÃO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A participação neste credenciamento implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes;

17.1 É vedado ao Contratado subcontratar total ou parcialmente o objeto deste processo;

17.2 Antes da realização de cada Leilão, deverá o Leiloeiro comprovar, à Comissão de Leilão do DETRAN/TO, que seu registro encontra-se regular junto à JUCETINS;

17.3 O Leiloeiro credenciado, mediante indicação do DETRAN/TO, poderá atuar em todo o Estado de Tocantins, nas hastas públicas de veículos retidos, removidos e apreendidos, a qualquer título, pela fiscalização de trânsito;

17.4 São partes integrantes deste Edital:

TERMO DE REFERÊNCIA;
REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO;

TERMO DE COMPROMISSO;
MINUTA DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO.

17.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de acordo com o que reza a legislação afeta ao presente objeto;

17.6 - É competente a Comarca de Palmas - TO, para dirimir quaisquer conflitos, questões ou dúvidas oriundas deste Leilão.

Palmas/TO 25 de setembro de 2019.

COLEMAR NATAL CÂMARA FERREIRA NUNES DE MELO
Presidente do DETRAN/TO

ANEXO I

REQUERIMENTO

Ao Presidente do DETRAN/TO,

Eu, _____, portador do RG _____, inscrito no CPF nº _____, matrícula na JUCETINS nº _____, endereço _____, telefones _____, E-mail: _____, venho por meio deste solicitar o credenciamento como Leiloeiro oficial do DETRAN/TO, para realização pública dos veículos retidos, removidos e apreendidos, a qualquer título, por Órgãos e Entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, conforme documentos anexos, previstos na Seção I, item 2 do Edital.

Palmas/TO, _____, de _____ de 20 ____.

Leiloeiro Oficial
Matrícula JUCETINS nº _____

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, portador do RG _____, inscrito no CPF nº _____, endereço _____, telefones _____, E-mail: _____, Leiloeiro oficial registrado na Junta Comercial sob nº _____, declaro estar ciente e de acordo, com as regras abaixo descritas, as previstas no Edital nº03/2019, Termo de Referência e na legislação em vigor:

1 - Os preços mínimos dos bens a serem Leiloados constarão dos respectivos Memoriais descritivos dos Leilões e serão entregues ao Leiloeiro, quando da publicação dos Editais de Leilão.

1.1. Nenhum lote poderá ser vendido por preço inferior ao da avaliação, salvo quando autorizado pela Comissão de Leilão do DETRAN/TO, devidamente registrado na Ata do Leiloeiro.

2 - Os Leilões serão de veículos para voltar à circulação, os quais terão documentação, e de sucatas, classificados pela Comissão de Leilão do DETRAN/TO.

2.1 - Não será admitida a dedução de quaisquer despesas ocorridas, ou qualquer outro tributo que incida sobre movimentação financeira, do valor apurado e a ser depositado na conta indicada.

3 - A prestação final de contas, que deverá ser efetuada pelo Leiloeiro, em até 15 dias, após a realização do Leilão, consiste na entrega à Comissão de Leilão do DETRAN/TO, dos seguintes documentos:

mapa geral do Leilão, com todas as informações sobre os arrematantes (nome, endereço, telefone, etc), lotes arrematados, preço de venda e o valor total arrecadado;

b) cópia das notas de venda em Leilão;

4 - O DETRAN/TO nada pagará ao Leiloeiro sob qualquer título, pelo valor arrecadado nas vendas efetuadas, de conformidade com a extensão dada à legislação aplicável aos órgãos da Administração Direta, sendo certo, que o Leiloeiro perceberá a comissão devida de 5% (cinco por cento), que será paga pelo arrematante.

5 - Havendo desistência do Leiloeiro em realizar o Leilão, posteriormente à aceitação inicial, deverá o mesmo indenizar o Estado, no prazo de 10 (dez) dias úteis pelas despesas e prejuízos ocasionados.

6 - Fica eleito o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Palmas/TO, _____, de _____ de 20 ____.

Leiloeiro Oficial

JUCETINS, SOB Nº _____

ANEXO III
SGD Nº 2019/32470/020510

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº _____/2019 CELEBRADO ENTRE O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO TOCANTINS - DETRAN/TO E O(A) SR(A). XXXXXXXXXXXXXXXXXX, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO.

Processo nº 2019/32470/000447

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO TOCANTINS (DETRAN/TO), pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Quadra 401 Norte, Rua 01, S/N, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP: 77006-340, inscrita no CNPJ sob o nº 26.752.857/0001-51, neste ato representado por seu presidente, COLEMAR NATAL CÂMARA FERREIRA NUNES DE MELO, brasileiro, portador da C.I. nº XXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF nº XXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente CONTRATO, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e ainda a Lei Estadual nº2.980/2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o credenciamento de Leiloeiro para alienação de veículos retidos, removidos e apreendidos, que estão sob a responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito, pelo período de 12 (doze) meses, por meio de licitação na modalidade de Leilão público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas edital e seus anexos, pela Constituição Federal de 1988; Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

PARAGRAFO ÚNICO - O credenciamento de Leiloeiro no prazo e nas condições a seguir ajustadas, decorrentes do Edital de Credenciamento nº XXX/2019, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência do órgão requisitante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 O Credenciamento obedecerá ao estipulado no Edital de Credenciamento nº 03/2019 e no Termo de Referência nº 001/2019, como as disposições constantes dos documentos que integram o Processo de Credenciamento nº 2019/32470/000447, e que independente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento, no que couber.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 Pelos serviços prestados o Leiloeiro credenciado receberá somente do arrematante, como pagamento por seus serviços, o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos bens alienados, conforme art. 24 do Decreto-Lei nº 21.981/32 combinado com o §2º da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, de acordo com o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei 8.666/93), ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço prestado, subsistirá a responsabilidade do CONTRATADO pela solidez, qualidade e segurança deste último.

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos prestadores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa desempenhar os compromissos assumidos neste contrato.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO obriga-se a:

Realizar o(s) Leilão (ões) de acordo com expressa determinação do DETRAN/TO;

Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e operacionais resultantes de execução do contrato;

Organizar, conferir, fotografar e identificar todos os lotes para a realização do Leilão, de acordo com o determinado pela Comissão de Leilão do DETRAN/TO;

Elaborar laudo de avaliação contendo o valor estimado do bem para a venda dentro do prazo acordado com a Comissão de Leilão;

Publicar o aviso de Leilão em jornal de grande circulação;

Emitir notas de Leilão e manter em dias os livros e documentos descritos na Instrução Normativa DNRC nº 110/2009, art. 11, Inciso I, e alterações vigentes, discriminando todos os dados do comitente, arrematante, bem Leiloado, valor, ágio e comissão do Leiloeiro na forma da Lei;

Disponibilizar pessoal habilitado para controlar e vigiar a visitação e exposição dos bens, bem como do atendimento durante a realização da hasta pública e seguranças durante o acerto financeiro;

Efetuar o acerto financeiro com os arrematantes e entregar os bens arrematados, verificando antes a regularidade dos pagamentos ao erário e o fiel cumprimento dos ditames do edital;

Cumprir as determinações correlatas da Comissão de Leilão do DETRAN/TO;

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

Encaminhar ao DETRAN/TO, em até 15 dias após o Leilão, os comprovantes de pagamento de cada lote acompanhado da Nota de Leilão em ordem crescente, cópia da publicação em jornal, relatório final contendo: nome do arrematante, CPF, lote, descrição, valor de lance, valor da comissão do Leiloeiro, Ata do Leiloeiro e documentos correlatos;

Responsabilizar-se cível e criminalmente junto a terceiros por danos causados por si e/ou por sua equipe na execução do contrato;

Não utilizar o nome do DETRAN/TO em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, com exceção da divulgação específica do Leilão;

Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para a realização do Leilão e responsabilizar-se pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra de sigilo dessas informações ou pelo seu uso indevido;

Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao DETRAN/TO ou a terceiros, ainda que culposo decorrente da prestação de serviços, objeto desta Portaria;

Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços;

Em caso de devolução de lote arrematado, por motivo de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, o Leiloeiro Público Oficial deverá restituir ao arrematante a comissão paga;

Informar ao DETRAN/TO, qualquer alteração dos seus dados cadastrais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato por parte do CONTRATADO assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como nos casos citados no art. 78 da mesma Lei, garantida a prévia defesa sempre mediante notificação por escrito.

PARAGRAFO ÚNICO - A rescisão também se submeterá ao regime previsto no art. 79, seus incisos e parágrafos, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

CONTRATANTE deverá providenciar a publicação da contratação, por extrato, no Diário Oficial do Estado, dentro do prazo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

O percentual recebido sobre o valor global dos bens arrematados será irrecorrível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Por infração a normas legais e de credenciamento constantes do edital de chamamento nº003/2019, obedecido ao artigo 109 da Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, será cancelado o credenciamento do Leiloeiro nos seguintes casos:

a) Recusa injustificada em assinar o contrato para realização do Leilão;

b) Rescisão contratual a que tenha dado causa;

c) Omissão de informações, ou a prestação de informações inverídicas;

e) Demais hipóteses de impedimento previstas no Edital e seus anexos, no Decreto nº21.981/32, e na legislação que disciplina a matéria.

A recusa do Leiloeiro Oficial credenciado em assinar o contrato, ou retirar o instrumento, dentro do prazo estabelecido neste Edital, bem como o atraso e/ou sua inexecução total ou parcial, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida, passível da aplicação das seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA, que será aplicada sempre por escrito. A sanção de Advertência consiste na comunicação formal ao fornecedor, advertindo - lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

b) Multa, moratória ou indenizatória, nos seguintes percentuais:

b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, sobre o valor total da avaliação dos bens a serem Leiloados;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor dos bens destinados a Leilão, no caso de:

I) Recusa injustificada em executar o objeto;

II) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;

III) Desatender às determinações da fiscalização.

b.3) 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão e destinados a Leilão, no caso de:

NATURATINS

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PROCESSO Nº 1137-2017-F

I) Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30(trinta) dias na execução dos serviços contratados;

II) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé venha causar dano ao órgão ou a terceiros, independente da obrigação do Leiloeiro em reparar os danos causados;

III) Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado;

IV) Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no edital e seus anexos;

V) Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras sanções.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos:

d) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 20% (vinte por cento) do valor dos bens destinados a Leilão.

e) Caso o Leiloeiro Oficial contratado não tenha nenhum valor a receber, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão tomadas as medidas administrativas e judiciais para tanto.

f) As multas previstas no item 17., alínea "b", não eximem o Leiloeiro Oficial credenciado e contratado da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

g) As sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao Leiloeiro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/93.

h) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

i) Se o Leiloeiro Oficial contratado inadimplir nas obrigações assumidas, no todo ou em parte, a Administração comunicará à Junta Comercial do Estado do Tocantins, para as medidas de sua competência, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, no contrato, e das demais cominações legais.

j) As sanções administrativas serão aplicadas pela Autoridade competente após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

l) A notificação deverá ocorrer pessoalmente, por meio de correspondência com aviso de recebimento e após exauridas estas tentativas e não sendo localizado o licitante faltoso, será devidamente publicado em Diário Oficial restando para tanto devidamente notificado. Na notificação será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

j) A aplicação de qualquer das sanções previstas nesta cláusula observará o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado do Tocantins - Vara da Fazenda Pública, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que possam ser, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem de acordo, lavra-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes CONTRATANTES, na presença das testemunhas abaixo.

Palmas/TO, XX de XXXXXXX de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, alterada pela Portaria nº 138 de 15 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial nº 5.357, com base na descrição da infração administrativa ambiental apontada no referido Auto de Infração, fundamentada na legislação vigente, passa à análise:, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA: RAIMUNDO DIAS SOBRINHO; CPF nº 807.159.901-87, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo:

Refere-se ao Auto de Infração nº 139902-2017, com a descrição da seguinte conduta: Pescar 1,5 kg de peixe utilizando petrecho considerado predatório (rede) sem autorização do órgão ambiental competente no lago da PCH (pequena central hidrelétrica) lagoa grande. Diante do exposto, a Comissão decide:

A) - CONHECER DO AUTO DE INFRAÇÃO, BEM COMO DO TERMO DE APREENSÃO E DOAÇÃO, JULGANDO-LHES PROCEDENTES;

B) - POR SER A PRESENTE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL CONSIDERADA COMO DE MENOR LESIVIDADE AO MEIO AMBIENTE, EM DECORRÊNCIA DA CONDENAÇÃO DO AUTUADO NO PAGAMENTO DE MULTA PECUNIÁRIA SIMPLES EM VALOR QUE NÃO ULTRAPASSA A R\$ 1.000,00 (MIL REAIS) - ART. 5º, §1º DO DECRETO Nº 6.514/2008 - SEM PREJUÍZO DO SANEAMENTO DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES E, AINDA, DADA A PRIMARIEDADE DO AUTUADO, CONVERTE-SE A MULTA SIMPLES APLICADA EM ADVERTÊNCIA;

C) - O AUTUADO DEVERÁ SER NOTIFICADO POR VIA POSTAL COM AVISO DE RECEBIMENTO, OU POR CIÊNCIA NOS AUTOS, COM PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, PARA QUE TOMO CONHECIMENTO DA DECISÃO DA COMISSÃO OU PARA APRESENTAR RECURSO ADMINISTRATIVO PERANTE ESTE ÓRGÃO NO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS;

D) - CONSIDERANDO A PREVISÃO CONTIDA NO ART. 127-A DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/2008, BEM COMO O ART. 7º, B, DA PORTARIA NATURATINS Nº 44/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015 (MINORAÇÃO DA MULTA), E, CASO O AUTUADO NÃO INGRESSE COM RECURSO, REMETAM-SE OS AUTOS À AUTORIDADE SUPERIOR, PRESIDÊNCIA DO NATURATINS, A FIM DE ANÁLISE RECURSAL (RECURSO DE OFÍCIO).

E) - A SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA NÃO EXCLUIRÁ A APLICAÇÃO DE OUTRAS SANÇÕES, E ASSIM SENDO, FICA O AUTUADO CIENTE DE QUE O COMETIMENTO DE NOVA INFRAÇÃO AMBIENTAL NO PERÍODO DE 03 (TRÊS) ANOS CONTADOS DA DATA DA CIÊNCIA DO JULGAMENTO DO PRESENTE, LHE ENSEJARÁ NAS RESPECTIVAS SANÇÕES CABÍVEIS AO CASO, E ESTA RESPONDERÁ ADMINISTRATIVAMENTE E CRIMINALMENTE FRENTE À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE NO PAÍS.

F) - COM RELAÇÃO AOS PETRECHOS CONSTANTES NO TERMO DE APREENSÃO, CONTINUARÃO APREENDIDOS, QUANDO SE DARÁ SUA DESTINAÇÃO LEGAL NOS TERMOS DO ART. 134, DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/2008.

G) - APÓS OS DEVIDOS REGISTROS, ARQUIVEM-SE OS AUTOS.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Diretoria de Proteção e Qualidade Ambiental deste Instituto, através dos telefones: (63) 3218-2672; 3218-2631; fax (63) 3218-2654, ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77.006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas-TO, 20 de agosto de 2019.

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância